



Edição N.º

13

16 JUNHO 2017

NEWSLETTER

CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS



SPMS
EPE
Serviços Partilhados do Ministério da Saúde



SNS SERVIÇO NACIONAL
DE SAÚDE



ENTREVISTA

Joaquim Branco

62 anos

Médico de Família | USF Barquinha



O investimento do SNS em SI mais eficazes e eficientes que promovam, acima de tudo, a qualidade e satisfação dos utentes, não deve ser encarado como uma despesa."

Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS): Sistemas de Informação (SI) nos CSP. Sente que os médicos estão preparados para enfrentar os novos desafios despoletados pela transformação digital na Saúde?

Joaquim Branco (JB): Os SI permitiram uma continuidade dos cuidados de saúde mais adequada e contribuem, positivamente, para uma melhor qualidade e articulação de cuidados.

A fase inicial de adaptação aos SI está, claramente, ultrapassada, tendo em conta que alguns desses mesmos desafios se relacionam com a otimização e evolução natural dos próprios SI.

O investimento do SNS em SI mais eficazes e eficientes que promovam, acima de tudo, a qualidade e satisfação dos utentes, não deve ser encarado como uma despesa.

Qual a sua opinião sobre a Prescrição Eletrónica Médica (PEM)? E relativamente à Receita Sem Papel (RSP), parece-lhe ser uma mais-valia?



Relativamente à PEM, considero que é efetivamente uma mais-valia na agilização da prescrição ao doente, embora existam ainda dificuldades na implementação e funcionamento.

O incentivo ao uso da RSP é uma mais-valia e aproxima dos Cuidados de Saúde uma faixa etária mais jovem, mas essa não é a realidade global da população, cada vez mais envelhecida e com menor entendimento das novas tecnologias.

" O incentivo ao uso da RSP é uma mais-valia e aproxima dos Cuidados de Saúde uma faixa etária mais jovem (...)"

O SClínico tem correspondido às expetativas dos profissionais de saúde e, em particular às do médico de família, na sua prática clínica?

O SClínico contribui, de facto, para a prestação de melhores cuidados ao doente e facilita os registos clínicos. Poderia ainda assim ter um módulo de registo automático de meios complementares de diagnóstico, pois o registo manual destes é uma das tarefas mais morosas na

consulta, embora, neste sentido, já tenha sido publicado o Despacho n.º4751/2017, que orienta para a desmaterialização do pedido e disponibilização de resultados dos MCDT. Poderia, igualmente, ter agregado um módulo de estatística assistencial.

Como está a ser feita a divulgação da Área do Cidadão do Portal SNS no vosso Agrupamento de Centros de Saúde (ACeS)?

Essa divulgação está agora a ser feita utente a utente por qualquer membro da equipa assistencial, médico, enfermeiro ou assistente técnico, bem como por material de divulgação afixado na Unidade.

Avacinação é uma das prioridades da agenda do Ministério da Saúde. Considera que as campanhas têm sido eficazes na promoção da vacinação?

Têm sido eficazes na medida em que o incumprimento do PNV entre a população é residual. Embora alguns aspetos possam ser melhorados na divulgação à população, como explicar a simples

diferença entre gripe e resfriado comum.

Existem, ainda, bastantes pessoas, principalmente idosos, que recusam a vacinação contra a gripe sazonal com o argumento erróneo que se constipam na mesma. É essencial neste ponto reforçar, dentro e fora, do SNS a literacia em Saúde.■

" O SClínico contribui, de facto, para melhores cuidados ao doente e facilita os registos clínicos orientados por problemas."

Recuperação de Taxas Moderadoras SITAM e Área do Cidadão

O Sistema de Informação de Taxas Moderadoras (SITAM) já é utilizado por 30 instituições, incluindo 6 Unidades Locais de Saúde (ULS) e 3 Administrações Regionais de Saúde (ARS).

Nos quatro primeiros meses do ano, o SITAM registou pagamentos no valor de 1.200.000 euros, através do envio de 83.000

cartas aos utentes e de 170.000 referências Multibanco, desde o início de 2017.

Fundamental na recuperação de valores em atraso, no que diz respeito ao pagamento das taxas moderadoras, o SITAM, desde a sua implementação e até ao momento, já auxiliou na cobrança de mais de três milhões de euros.

CENTROS HOSPITALARES

Centro Hospitalar de Entre Douro e Vouga, EPE
Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, EPE
Centro Hospitalar do Médio Ave, EPE
Centro Hospitalar Tâmega e Sousa, EPE
Centro Hospitalar Póva do Varzim / Vila do Conde, EPE
Centro Hospitalar de V.N. Gaia / Espinho, EPE
Centro Hospitalar Tondela / Viseu
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra - Polos HG/HP/MBB
Centro Hospitalar de Leiria, EPE
Centro Hospitalar do Oeste

Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE
Centro Hospitalar de Lisboa Oriental, EPE
Centro Hospitalar de Setúbal, EPE
Centro Hospitalar do Algarve, EPE
Hospital da Senhora da Oliveira Guimarães, EPE
Hospital José Luciano de Castro - Anadia
Hospital Arcebispo João Crisóstomo - Cantanhede
Hospital Dr. Francisco Zangalo, EPE - Ovar
Hospital Distrital da Figueira da Foz, EPE
Hospital Garcia de Orta, EPE - Almada
Instituto de Oftalmologia Dr. Gama Pinto - Lisboa

UNIDADES LOCAIS DE SAÚDE

Unidade Local de Saúde da Guarda, EPE
Unidade Local de Saúde do Alto Minho, EPE
Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, EPE
Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejo
Unidade Local de Saúde do Nordeste, EPE
Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE

UNIDADES LOCAIS DE SAÚDE

ARS Alentejo, IP
ARS Algarve, IP
ARS Norte, IP

Através deste sistema, o cidadão pode efetuar comodamente o pagamento, sem necessitar de se deslocar novamente à Instituição de Saúde.

Em breve, a informação das Referências a Pagamento, e valor em dívida, será disponibilizada na Área do Cidadão do Portal SNS, uma vez que a SPMS tem em fase de finalização o processo de integração do SITAM com a Área do Cidadão. O cidadão poderá, assim, consultar a informação das Taxas Moderadoras

a pagamento, a Unidade de Saúde a que dizem respeito, se os valores são relativos a exames médicos, consultas, entre outros aspetos. Quando a dívida for regularizada, essa informação irá constar na Área do Cidadão.

As Taxas Moderadoras são valores cobrados nos serviços de saúde, com o objetivo de atenuar o acesso aos serviços de saúde, cujos encargos sejam suportados pelo orçamento do SNS. ■

Prescrição Eletrónica Médica Cuidados Respiratórios Domiciliários



A SPMS, juntamente com a DGS e a ACSS, está a desenvolver a total desmaterialização da prescrição através da aplicação PEM - Prescrição Eletrónica Médica e, assim, será possível prescrever, em breve, tratamentos de Cuidados Respiratórios Domiciliários (CRD) de forma desmaterializada, à semelhança do que já acontece na prescrição de medicamentos.

Esta forma de prescrição irá permitir aos utentes escolher o fornecedor do serviço, no momento da prescrição e, através de um código pin enviado por sms, efetivar o tratamento com a correta instalação do serviço

prescrito na altura da visita do fornecedor de CRD ao domicílio do utente.

Câmaras Expansoras

Na sequência dos trabalhos da Comissão Nacional para os Cuidados Respiratórios Domiciliários, será disponibilizada a prescrição com participação de câmaras expansoras.

A prescrição deste dispositivo médico, ao abrigo da Portaria n.º 246/2015, de 14 de agosto, estará disponível, ainda durante o mês de junho, através da aplicação da Prescrição Eletrónica Médica. ■



170.000

Referências multibanco emitidas



83.000

Cartas enviadas aos utentes



1.200.000

Valor total recebido de taxas moderadoras



Dados referentes ao primeiro quadrimestre de 2017

SINUS e SClínico CSP na USF Artemisa

A Unidade de Saúde Familiar (USF) de Artemisa substituiu, no início do mês de junho, o software MedicineOne pelos softwares administrativo e clínico da SPMS: SINUS e SClínico-CSP.

A colaboração entre os profissionais da SPMS e da ARSLVT permitiu a mudança, bem-sucedida, para os softwares SINUS e SClínico-CSP.

Numa partilha de experiências e conhecimentos, as equipas das duas entidades apoiaram médicos, enfermeiros e secretários clínicos da USF de Artemisa, quer no período de preparação, quer no acompanhamento presencial a estes profissionais.

Foram igualmente garantidos os trabalhos técnicos decorrentes da mudança, nomeadamente a migração de dados entre o software antigo e o novo.

Esta substituição faz parte do plano de transição de várias unidades dos cuidados de saúde primários que está a ser levada a cabo pela ARSLVT.

A próxima migração está prevista na USF Cidadela, para dia 26 de junho, que, tal como a USF de Artemisa, integra o ACES de Cascais. ■

SINUS e SClínico CSP Versão 2.4.0

Encontra-se já instalada a versão 2.4.0 do SINUS e SClínico em unidades piloto, desde finais de maio. Esta versão vem disponibilizar algumas funcionalidades importantes, entre as quais se destacam:

- Agendamento de Enfermagem na sala;
- Iniciativa Não à Diabetes - Projeto Gosto;
- Consulta no Programa de Tabagismo - Intervenção breve;
- Disponibilização de Referenciações Externas aos enfermeiros

A versão 2.4.0 foi instalada nos seguintes centros de saúde:

Ponte de Lima	Odivelas
Macedo de Cavaleiros	Pombal
Penafiel	Graça
São João (Porto)	Alvalade
Oliveira de Azeméis	Parede
Aveiro	Cuba
Viseu 3	Portimão

Após o período de estabilização e validação, esta versão será instalada nas restantes unidades de saúde. ■



Testamento Vital

Eficácia na campanha de comunicação

Informar os cidadãos sobre os seus direitos e deveres, com rigor e transparência, é cada vez mais importante. Em matéria de Saúde é fundamental. Prova disso é o crescimento, em 2017, do número de testamentos vitais.

Desde que a SPMS intensificou a campanha de comunicação, em janeiro, o registo de testamentos vitais tem aumentado significativamente, representando uma melhoria da informação dos direitos em Saúde e cumprindo, assim, a Resolução aprovada na Assembleia da República, no início do ano.

Tendo como objetivo chegar a todos os cidadãos, maiores de idade, a SPMS tem apostado numa mensagem simples, clara e acessível, divulgando as vantagens do registo do testamento vital

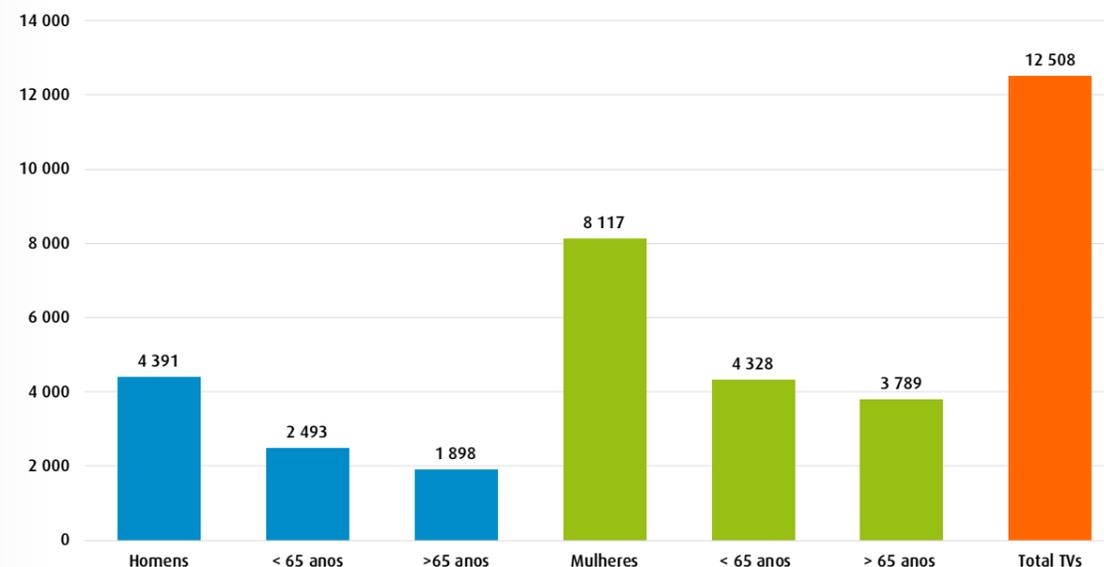
no RENTEV (Registo Nacional do Testamento Vital), através de diversos meios de comunicação.

Dados oficiais demonstram que, até 06 de junho, foram registados 12508 testamentos vitais, o que significa que, diariamente, dezenas de portugueses registam o seu testamento vital. Mais de 3000 foram feitos entre março e início de junho.

Dos 12.508 testamentos vitais, a maioria foi feita por mulheres, comprovando que o género feminino se preocupa mais em manifestar a sua vontade e os tratamentos que quer receber, ou não, num contexto clínico de incapacidade em expressar a sua vontade. Assim, **8.117 mulheres já registaram o seu testamento e 4.391 homens tomaram a mesma decisão.**

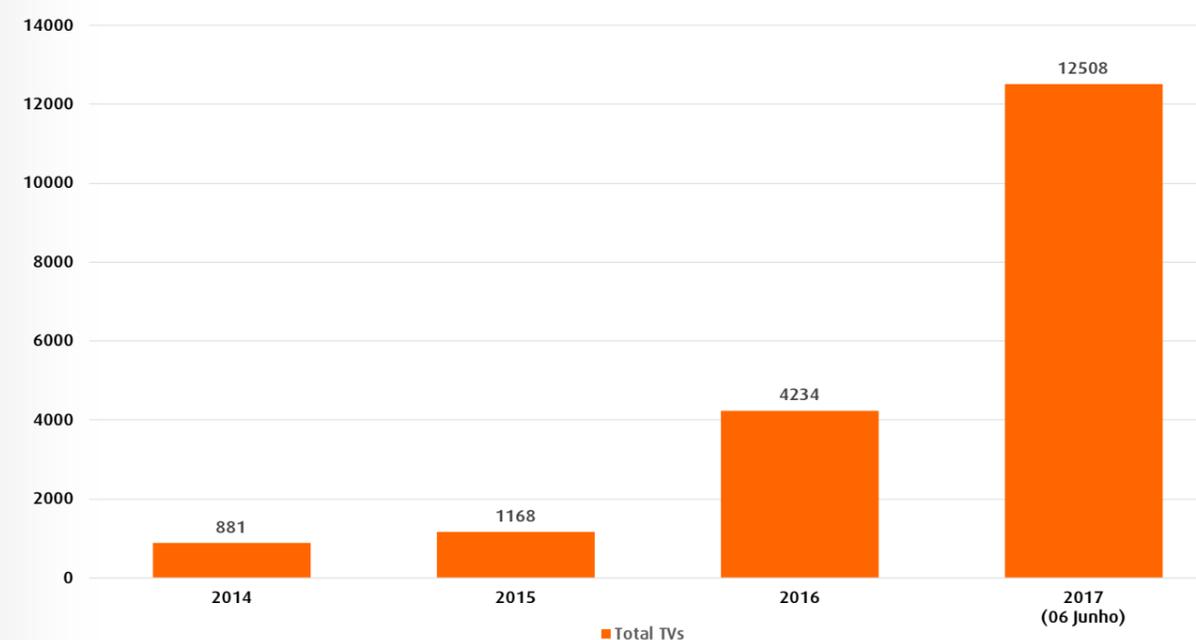
Diariamente, e desde março, a SPMS monitoriza o número de testamentos e os acessos feitos por cidadãos e médicos. Na área da Transparência do Portal do SNS é disponibilizado, também, um conjunto de indicadores sobre o RENTEV.

Definida a estratégia, a SPMS vai continuar a apostar em ações de comunicação assertivas, clarificando um direito que, não sendo obrigatório, é fundamental que seja exercido por cada um de nós. ■



Testamento Vital em Números

Evolução do número de testamentos vitais



Observação: Estes dados estão disponíveis para consulta na Área da Transparência do Portal do SNS

Exames Sem Papel

Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica

O projeto Exames Sem Papel inicia-se, numa primeira fase, com a desmaterialização dos resultados de exames na área da Patologia Clínica, área com o maior número de Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica (MCDTs) feitos em Portugal.

Integrando o Registo de Saúde Eletrónico (RSE), o projeto Exames Sem Papel tem como finalidade colocar, cada vez mais, o cidadão no centro do sistema de saúde. Pretende-se que o cidadão deixe de ser o vetor entre o médico prescriptor do SNS e o laboratório que efetua os exames, tornando o processo menos burocrático e mais seguro para todos os intervenientes.

Assim, atualmente, encontram-se já em fase avançada os testes

entre a SPMS, a clínica Joaquim Chaves Saúde e o seu respetivo fornecedor de software, com vista à disponibilização de resultados de MCDTs na área da Patologia Clínica, através do Portal do SNS, via Área do Profissional e Área do Cidadão.

Outros laboratórios e as respetivas empresas de software encontram-se também, neste momento, a iniciar este processo.

No âmbito do RSE, um considerável número de laboratórios, equivalente a 30% do volume de MCDTs do tipo de Patologia Clínica, efetuados em 2016, já solicitou acesso ao Registo Nacional de Utentes (RNU) e à Área do Profissional do Portal do SNS.

Prevê-se que até ao fim do mês de junho se inicie, gradualmente, a disponibilização dos resultados dos exames para o cidadão, através da sua Área do Cidadão, e para o profissional de saúde através da sua área reservada.

A SPMS cumpre, assim, com o disposto no Despacho N.º 4751/2017, publicado a 31 de maio, que estabelece condições referentes ao projeto de desmaterialização do circuito de prescrição e de disponibilização de resultados de MCDTs.■

LIGHT, PNB e NCP

Interoperabilidade Técnica

A interoperabilidade técnica faz parte da coordenação dos registos nacionais. A visão da SPMS para esta área engloba os seguintes produtos:

LIGHT - Local Interoperability Gateway for Healthcare

PNB - Portuguese National Broker

NCP - National Contact Point

Para informar e explicar as funções e os principais objetivos destes três produtos, de uma forma fácil e muito intuitiva, a SPMS criou uma animação.

Convidamo-lo (a) a assistir ao filme:

<https://www.youtube.com/watch?v=F5uJBWmAcJI>

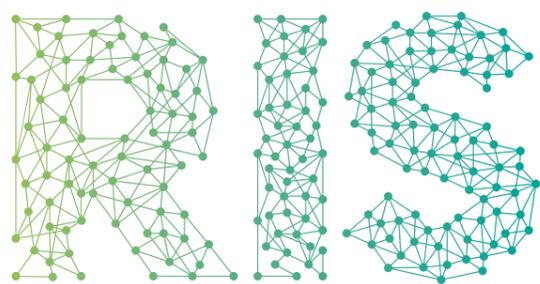


Rede Informática da Saúde

Melhor rede informática e maior qualidade nos serviços do SNS

O Ministério da Saúde tem feito um investimento no aumento da largura de banda das redes, aliado à renovação do equipamento informático através da distribuição e instalação de computadores nas unidades dos Cuidados de Saúde Primários, que atualmente continua a decorrer.

Paralelamente, foi lançado, no passado dia 09 de junho, o concurso internacional para reformular a Rede Informática da Saúde, RIS2020. O novo contrato vai representar um forte avanço tecnológico, sendo expectável alcançar-se poupanças financeiras, uma vez que um único contrato vai abranger a rede



REDE INFORMÁTICA DA SAÚDE

informática e, também, a rede de telefones, incluindo a móvel, o que nunca tinha acontecido.

Esta mudança prevê a distribuição de telemóveis aos médicos do Serviço Nacional de Saúde, quer ao nível dos Cuidados de Saúde Primários, quer Hospitalares, como forma de facilitar o contacto com os utentes, em caso de necessidade, e se o médico assim o desejar. O profissional de Saúde terá sempre liberdade de escolha.

São vantagens claras para o SNS: maior largura de banda, que vai contribuir para um melhor acesso aos sistemas informáticos e, conseqüentemente, uma melhoria na prestação de serviços e cuidados ao cidadão; maior facilidade na comunicação entre médicos e utentes, que será uma mais-valia para todos, garantindo que cabe ao médico a tomada de decisão sobre o contacto com o seu paciente.

A SPMS tem, também, em preparação o projeto de marcação de consultas através da televisão de casa, para arrancar a partir de 2018 ou 2019. A RIS2020 integra uma nova função que irá permitir disponibilizar funcionalidades do Portal do SNS, nomeadamente da Área do Cidadão. Com o objetivo de facilitar, mais uma vez, a vida aos utentes, em particular aos cidadãos que ainda têm dificuldades em usar o computador, vários serviços do

Portal do SNS, como a marcação de consultas e outras informações disponíveis na Área do Cidadão, ficarão acessíveis através do controlo remoto da televisão.

Em desenvolvimento está, ainda, a produção de conteúdos multimédia de saúde, destacando-se as informações ligadas à literacia em saúde e à literacia digital, para serem transmitidas nas televisões das unidades do SNS, ou nas casas dos utentes.



Plataforma eletrónica GPR SNS

Implementação no SNS

A plataforma eletrónica de gestão partilhada de recursos do Serviço Nacional de Saúde (GPR SNS) vai começar a ser implementada em hospitais e Agrupamento de Centros de Saúde (ACeS) piloto do SNS, iniciando-se pela área dos meios complementares de diagnóstico e terapêutica (MCDTs). Nesta primeira fase de implementação estão incluídas entidades das ARS do Norte e de Lisboa e Vale do Tejo.

O alargamento às restantes instituições do SNS decorrerá de

forma faseada até 30 de setembro, dando assim cumprimento ao determinado no Despacho n.º 3796-A/2017, de 4 de maio, do ministro da Saúde e ao disposto na Circular Conjunta n.º11/2017, entre a ACSS e a SPMS, publicada a 31 de maio.

A plataforma GPR SNS permite aproximar as disponibilidades e as necessidades existentes nas áreas de MCDTs, cirurgias, consultas, equipamentos, entre outros serviços que sejam passíveis de partilha entre instituições do SNS. Contribui, desta forma, para a rentabilização da capacidade instalada disponível e para o reforço da cooperação e da articulação entre as instituições públicas, para o aumento da produtividade global do SNS e para o cumprimento integral dos tempos máximos de resposta garantidos (TMRG) aos utentes do SNS.

Consulte na íntegra a [Circular Conjunta n.º11/2017](#) ■

Comunicar o Essencial

espaço de sugestões e opiniões



Com o objetivo de promover a comunicação institucional entre as diversas entidades do Serviço Nacional de Saúde, a SPMS criou um espaço para receber sugestões e propostas. Poderá informar-nos, assim, sobre projetos da sua instituição, apresentar ideias para notícias, indicar sugestões ou opiniões.

Deverá remeter os seus contributos para comunicacao@spms.min-saude.pt, com a indicação de **Newsletter CSP**, no assunto do email.